

CAPÍTULO 12

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

No ano de 2004 por meio da lei nº 10.861 foi formalizado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação - SINAES. Apenas quatro anos depois, em 2008, por meio da lei nº 11.892, de 29 de dezembro foram criados os Institutos Federais de Educação, dentre eles o Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Assim, com a necessidade e objetivo de garantir uma educação de qualidade, através da avaliação garantida na lei de SINAES no ano de 2009 foi criada a Comissão Própria de Avaliação - CPA - do IFRS.

A CPA do IFRS optou por uma estrutura dividida em comissões locais que naquele momento foram designadas de Subcomissões Próprias de Avaliação - SPA. Posteriormente a designação destas comissões foi modificada para Comissão Própria de Avaliação Local - CPA-Local. Esta mudança visou elucidar o caráter unitário da CPA, não hierárquico. A CPA - Central é composta por um membro de cada segmento que é escolhido entre os membros de todas as CPA's-Locais (estas compostas por dois membros eleitos de cada segmento).

Os membros da CPA inovando em considerando os aspectos próprios do IFRS optou por utilizar a avaliação institucional interna de forma a buscar balanços e informações não apenas do ensino superior mas também dos cursos técnicos oferecidos pela instituição. O IFRS opta por um ensino com proposta verticalizante. Ou seja, a hierarquização do conhecimento, ou das modalidades de ensino são evitadas em prol de ensino de qualidade em todos os níveis e estes em consonância entre si.

A CPA optou pela utilização dos seguintes instrumentos de avaliação interna para realizar o objetivo da mencionada verticalização: Autoavaliação - Comunidade Interna, Autoavaliação do Curso, Autoavaliação Discente, Avaliação Pela Comunidade Externa, Avaliação Docente e a Avaliação dos Egressos. Estes instrumentos são revisados com periodicidade trienal, sendo propostos e apresentados para a comunidade que tem ampla possibilidade para participar da construção dos instrumentos. Após a realização da avaliação

com periodicidade anual e/ou semestral são produzidos um relatório por campi contemplando a realidade local de maneira mais específica e um relatório central, contemplando a realidade do IFRS como um todo e produzido pela Comissão Própria de Avaliação Central.

Além da autoavaliação realizada pela CPA, o Departamento de Avaliação Institucional vinculado à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, está redefinindo os objetivos do Programa de Autoavaliação Institucional do IFRS (PAIIFRS), criado em 2012. O Programa de Avaliação Institucional passa a ter como principal objetivo garantir a qualidade dos cursos no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, em todos os níveis de oferta, nas modalidades presencial e a distância, de modo a consolidar na instituição uma cultura de avaliação participativa, envolvendo toda a comunidade acadêmica nos processos avaliativos e implantando uma política de avaliação que leve a transformação da educação profissional, científica e tecnológica. Os objetivos específicos da Avaliação Institucional do IFRS são:

Fortalecer os processos de Avaliação Institucional (interna e externa) consolidando a identidade institucional, a missão, a visão e os valores;

Propiciar à comunidade acadêmica a autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios;

Contribuir para a transformação qualitativa dos cursos ofertados, a reorientação das práticas pedagógicas e maior eficiência na gestão da instituição;

Colaborar para a transparência da Instituição em seus diversos níveis;

Contribuir com o Planejamento Estratégico do IFRS, fortalecendo as políticas institucionais, seu compromisso social e melhorando sua comunicação com a sociedade;

Criar um painel de indicadores que proporcionem à gestão ferramenta para a tomada de decisões.

12.1 Previsões e Planejamentos

Seguindo o Programa de Autoavaliação Institucional do IFRS, a Avaliação Institucional realizada no IFRS possui a perspectiva de contribuição com as propostas definidas no PDI. Para tal, os instrumentos presentes nas avaliações da CPA e até mesmo o Programa devem ser constantemente alinhados e revisados para que esta premissa siga conforme o planejado.

Acreditando sempre na base da meta avaliação, os processos realizados pela Comissão deverão ser monitorados e frequentemente avaliados, garantindo que a evolução dos métodos

aplicados atendam sempre às demandas recebidas da comunidade do IFRS. Através da análise dos resultados de pesquisas e avaliações anteriores, a CPA Central junto às suas Comissões Locais devem propor melhoramentos em todas as seções que sejam encontradas ineficiências.

A periodicidade da comissão, definida pelo Regimento interno desta, propõe que a cada três anos seja realizada uma nova escolha de quais membros irão compor a comissão, seja esta a local ou central. O início do intervalo é dado a partir da publicação da portaria que compõe a CPA. Além da rotatividade, os triênios das avaliações também poderão ser definidos pelas Notas Técnicas do INEP. Estes documentos determinam um roteiro de autoavaliação a ser seguido pela instituição, causando possíveis mudanças nos instrumentos de autoavaliação.

Anualmente, a CPA organiza eventos buscando capacitar os membros de sua comissão acerca da Avaliação Institucional. Nestes eventos, assuntos como a meta avaliação também poderão ser discutidos, havendo então apresentação de propostas, projetos e ideias. Em 2018 a CPA organizou um encontro voltado aos coordenadores de curso, diretores de ensino e demais membros interessados, com objetivo de instruir os servidores ao desenvolvimento de instrumentos de autoavaliação.

A partir deste último evento, a Comissão se organizou de forma a desenvolver novos instrumentos de autoavaliação, projetados para atender à nova organização do PDI cuja construção se dá em consonância ao projeto da CPA. A alteração dos instrumentos pode acarretar em uma reorganização do Programa de Autoavaliação do IFRS (PAIFRS), devendo este descrever como é dado o processo de avaliação interna.

12.2 Programa de Autoavaliação - PAIFRS

O desenvolvimento do PAIFRS foi dado de maneira a possuir estreita relação com as dimensões definidas na Lei dos SINAES. Para tanto, o roteiro do Relatório de Autoavaliação apresenta uma estrutura que permite à CPA (central e locais) registrar, de forma mais reflexiva, os processos efetivos que ocorreram anualmente em relação a cada uma das referidas dimensões: a coleta de dados junto aos gestores do IFRS (Reitoria, Direções de campus e Coordenadores de cursos), instrumentos *online*, bem como instrumento de avaliação pela comunidade externa (instrumento *offline*).

Os resultados da autoavaliação, a cada ano, geram um relatório geral do IFRS e outro específico para cada campus. Os dados expressos nesses relatórios são discutidos com os

responsáveis pela gestão do IFRS, servindo de base para o planejamento institucional para o ano subsequente, além de serem discutidos com toda a comunidade escolar e acadêmica. Sendo assim, além de produzir significados, a autoavaliação contribui efetivamente para o planejamento de gestão, contemplando os seguintes indicadores:

1. A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
2. A Política para o ensino, a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
3. A Responsabilidade Social da Instituição, no que se refere ao desenvolvimento econômico e social, considera especialmente, à sua contribuição em relação à inclusão social, à defesa dos direitos humanos, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
4. A Comunicação com a sociedade;
5. As Políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
6. Organização e Gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação universitária nos processos decisórios;
7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia de autoavaliação institucional;
9. Políticas de Atendimento a estudantes e egressos;
10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior;

12.3 Instrumentos de Autoavaliação

Os instrumentos de autoavaliação que constituem o PAIFRS são disponibilizados no formato *online* para a comunidade interna, em um *software* desenvolvido pela Diretoria de TI da Instituição. Para a comunidade externa, o instrumento é disponibilizado no formato *offline* e enviado via correio eletrônico para as famílias dos alunos, bem como para instituições públicas e privadas parceiras ou mesmo em formato físico quando necessário.

Atualmente, os instrumentos utilizados pela comissão contemplam as áreas que seguem estes capítulos. Contudo, a imutabilidade destes não é garantida, uma vez que o processo de meta avaliação solicita que os processos da CPA sejam analisados constantemente em busca de evolução.

12.3.1 Autoavaliação Institucional - Comunidade Interna

O instrumento de autoavaliação institucional foi implementado em 2010, através de instrumento *online* e conta com a participação de todos os segmentos da comunidade interna do IFRS. O instrumento envolve a avaliação das seguintes dimensões:

1. PDI e Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão;
2. Comunicação com a Sociedade;
3. Organização e gestão do IFRS;
4. Infraestrutura e serviços.

12.3.2 Autoavaliação do Curso

O processo de autoavaliação dos cursos foi implementado em 2011 através de instrumento *online*. Inicialmente, este contou com avaliações apenas dos alunos, cenário que foi modificado a partir de 2012 com a participação de docentes e técnicos neste instrumento. O objetivo a ser alcançado é que a CPA possa coletar dados relativos ao olhar de toda a comunidade escolar e acadêmica envolvida com os cursos.

12.3.3 Autoavaliação Discente

O instrumento de autoavaliação discente foi implementado em 2011 através de instrumento *online* e prevê a participação do estudante de forma a avaliar sua percepção em relação aos indicadores alinhados ao PPI que representam o perfil do egresso do IFRS.

12.3.4 Avaliação docente

O instrumento de autoavaliação docente foi implementado em 2012 através de instrumento *online* e prevê a participação do estudante perante questões que buscam avaliar a ação docente no que se refere à implementação das políticas de ensino, pesquisa e extensão previstas no PPI.

12.3.5 Avaliação de egressos

A avaliação de egressos foi implementada em 2012 no formato *online*, com ícone específico para acesso desse público. O objetivo deste instrumento consiste em possibilitar a avaliação da inserção dos egressos do IFRS no mercado de trabalho, o impacto ao desenvolvimento regional, bem como monitorar sua necessidade de formação continuada, orientando o planejamento de eventos e cursos de extensão, além de monitorar as necessidades de reformulação dos currículos dos cursos técnicos e de graduação.

12.3.6 Autoavaliação da Reitoria

A autoavaliação da Reitoria foi implementada em 2016, em seu formato *online* tendo como seu público-alvo os servidores da reitoria - lotados ou em exercício. O seu objetivo é mensurar as necessidades particulares da reitoria. Para isto, no ano de 2016, construído junto a comunidade da reitoria e a CPA um instrumento próprio que visa avaliar as especificidades da reitoria e assim fornecer subsídios para aprimorar os trabalhos com finalidades e objetivos centrados na melhora da educação.

12.4 Ações da Autoavaliação

O Relatório de Autoavaliação, construído pelas comissões locais e pela comissão central e entregue até o início de março, leva também a carga das Ações de Superação. Estas ações são projetos da Comissão em conjunto às áreas responsáveis, que visam corrigir deficiências ou expandir qualidades dos processos da instituição.

Além das ações de superação, o relatório serve também como ferramenta de gestão para os responsáveis pelas áreas avaliadas na avaliação. Os dados presentes nele serão considerados como base para a tomada de decisão e distribuição de esforços e devem ser apresentados de maneira formal, seja através de documentos oficiais ou de apresentações.

A realização e o registro das ações é de extrema importância para a CPA, elas consolidam a comissão perante os responsáveis pela gestão do IFRS, formalizando a parceria para atingir a excelência do ensino.

12.5 Acompanhamento do PDI

Uma das atribuições da CPA, seguindo a Lei do SINAES, é o acompanhamento da aplicação do PDI. A autoavaliação realizada em grande parte dos campi do IFRS auxilia neste processo, trazendo questões pertinentes às metas e objetivos estratégicos definidos em cada Plano.

12.6 Avaliação do processo de criação do PDI

Tirando proveito da capacidade de avaliação da CPA, esta também possui a responsabilidade de avaliar como foi dado o processo de criação do PDI e acompanhamento do mesmo. O processo envolve a participação da comunidade, a organização das comissões temáticas, a definição e atendimento de cronogramas pelas comissões locais, entre outros quesitos que podem estar presentes durante o projeto.

A metodologia adotada pela CPA Central para esta avaliação envolveu a criação de um questionário em conjunto à comissão central do PDI, respondido pelas CPAs Locais com objetivo de avaliar os quesitos citados acima. A entrega destes questionários é feita diretamente à comissão central do PDI, que realiza a análise das respostas, comentários e sugestões enviadas para a melhoria dos próximos Planos.

Além deste questionário, um formulário *online* para a avaliação do processo dada pela comunidade também esteve disponível. Este questionário buscou analisar o conhecimento dos servidores, alunos e comunidade externa acerca do que é o PDI, da participação na criação do Plano, calendários, reuniões e sugestões. O intuito do formulário é o mesmo do questionário preenchido pelas CPAs Locais, de trazer um maior volume de dados para que o próximo PDI seja desenvolvido com maior sucesso.

12.7 Meta-Avaliação

Conceituada como a avaliação da avaliação a meta avaliação e busca qualificar os processos de avaliação. Por meio da meta-avaliação pretende-se obter informações sobre a utilidade, a praticidade, a ética e a adequação técnica da avaliação realizada, apontando os pontos forte e fracos da avaliação realizada no âmbito do IFRS.